



“Desde a tenra idade” ao serviço da Armada Imperial: o recrutamento de crianças e jovens para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros nas províncias de Santa Catarina e Pernambuco (1857-1865).<sup>1</sup>

Wagner Luiz Bueno dos Santos  
Mestre em História Social – PPGHIS-UFRJ  
Doutorando em História Social – PPGH – UNIRIO  
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha - DPHDM

## **Resumo**

Este artigo pretende apresentar pressupostos iniciais de pesquisa sobre o recrutamento nas Companhia de Aprendizes-Marinheiros das províncias de Pernambuco e Santa Catarina. Criadas em 1857, parte de um conjunto de 18 unidades criadas até 1875, tinham como objetivo recrutar, educar e instruir crianças e jovens para o serviço da Armada Imperial.

## **Abstract**

This article intended to present research assumptions about the recruitment in the Companhia de Aprendizes-Marinheiros of the provinces of Pernambuco and Santa Catarina. Created in 1857, part of a set of 18 units created until 1875, aiming to recruit, educate and instruct children and young people for the service of the Imperial Navy.

**Palavras-chaves:** Marinha Imperial, Recrutamento, Companhia de Aprendizes-Marinheiros.

---

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Henrique Salles, iniciado em 2017.

Neste trabalho, pretendemos apontar pressupostos iniciais de pesquisa sobre o recrutamento de crianças e jovens para as Companhias de Aprendizes-Marinheiros das províncias de Pernambuco e Santa Catarina. Os principais trabalhos sobre o recrutamento para a Marinha concentraram suas análises a partir da perspectiva da Revolta dos Marinheiros de 1910<sup>2</sup>, e neles a Companhia é tratada como parte integrante dos mecanismos de recrutamento, sem análises verticalizadas. Algumas teses e dissertações<sup>3</sup>, no campo da História e da Pedagogia, se debruçaram sobre as Companhias de Aprendizes-Marinheiros tentando entender sua especificidade enquanto espaço de educação e instrução militar, pouco analisaram sua atuação como parte dos mecanismos de recrutamento para Armada Imperial.

José Miguel Arias Neto aponta que houve um aumento expressivo do recrutamento de menores durante o período de 1845 a 1856, elevando em 95% o número de recrutas provenientes dessas Companhias. Por outro lado, Edna Fernandes Antunes aponta que recrutar menores era tarefa difícil, para autora, uma das dificuldades era convencer os pais a encaminharem seus filhos para os cuidados da Marinha e que boa parte das crianças negras abandonadas no Rio de Janeiro, cuja a guarda passava ao Estado, era encaminhada para a Marinha.<sup>4</sup> Entretanto, levando em consideração os dados sobre a Companhia catarinense, essa realidade era um pouco diferente.

As Companhias de Aprendizes-Marinheiros das províncias de Santa Catarina e Pernambuco foram criadas em 1857<sup>5</sup>. Preparadas para receber 200 meninos cada uma, estavam previstas para Companhia catarinense duas seções, uma na capital e outra no município de Laguna, ambas com a capacidade para receber cem menores. No início de suas atividades,

---

<sup>2</sup> Ver em: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A Ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999; Cor e cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD X, 2008; MARTINS, Helio Leoncio. *A Revolta dos Marinheiros*, 1910. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/ Ed. Nacional, 1988; MAESTRI FILHO, Mario. 1910: *a revolta dos marinheiros*. São Paulo: Global, 1982; MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *A Escola de Aprendizes-marinheiros de Parnaíba*. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

<sup>3</sup> Ver em: ARIAS NETO, J.M. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001; MACHADO, Gisele Terezinha. *“Escreveu não leu o pau comeu”*: a escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930). Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Educação. Florianópolis, 2007. LIMA, Solyane Silveira. *“Recrutá-los Jovens”*: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social Belo Horizonte/MG, 2013; ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. História Social e Território. 2011.

<sup>4</sup> ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território. São Gonçalo, 2011.

<sup>5</sup> Ver Decreto nº 2003 de 24 de outubro de 1857. Coleções de Leis do Império. Acesso: <http://www2.camara.leg.br/>

somente a primeira seção aquartelada na capital abriu suas portas para os primeiros meninos recrutados.

A unidade de Santa Catarina recebeu seus primeiros aprendizes entre o final de 1858 e início de 1859, formou-se uma turma de 53 meninos. Durante os meses de dezembro de 1858 e janeiro de 1859, boa parte daqueles que foram matriculados na Companhia catarinense foram levados por pais ou por parentes, 47% dos meninos por mães e 28% por parentes ou outro protetor (avós, avôs, tios, tias, madrinhas, padrinhos e ama de leite). (SANTOS, 2016: 175-188)

Diferentemente da unidade catarinense, no mesmo período, a Companhia pernambucana recebeu a grande maioria por intermédio das forças policiais. De seus 44 menores, 88% dos que ingressaram na Instituição foram entregues pela polícia, os demais formavam um pequeno grupo de 14 meninos que foram entregues por parentes, autoridades navais (capitão do porto, inspetor do arsenal e o comandante da Companhia) (SANTOS, 2016: 166-175).

Os dados revelam características diferentes no recrutamento nas duas províncias, indicando que em Pernambuco a ação coercitiva do Estado recaiu sobre a infância de forma mais efetiva e violenta. Por outro lado, em Santa Catarina pelo fato de pais, mães e parentes entregarem seus filhos, netos, sobrinhos e protegidos aos cuidados da Marinha, as práticas para o recrutamento de menores tomaram outros caminhos. Elas sugerem, ao menos naquele ano, que outros elementos atraíram os responsáveis a entregar seus protegidos aos cuidados da Marinha, como veremos mais adiante.

Outros aspectos do novo modelo de recrutamento são bastante curiosos. Por exemplo, em relação à cor da pele, muito explorada nas análises sobre o recrutamento no Império. Cabia ao cirurgião da Companhia examinar o menino recrutado antes da matrícula, e atribuir e registrar a cor da pele dos recrutados. É possível verificar a diversidade de tipologias impostas pelas autoridades navais aos indivíduos recrutados, sobretudo quando comparadas às categorias raciais e étnicas utilizadas pelo senso de 1874. Torna-se mais evidente, como apontou Hebe Mattos, quando tais classificações correspondem mais a uma questão de representação social do que uma formação étnica. (MATTOS: 1998)

Embora a população de homens livres na faixa etária de 6 e 16 anos, em Pernambuco, fosse formada de 39,44 % de brancos e 8,52 % de negros<sup>6</sup>, o recrutamento de menores na província recaiu mais sobre a parcela de indivíduos de cor negra. Dos 44 alunos matriculados no período, 50% eram de negros, somente 8% eram brancos. Se considerarmos as categorias de

---

<sup>6</sup> Recenseamento do Brasil em 1872. Dados da Província de Pernambuco. Typografia de G. Leuzinger & Filhos – Ouvidor – Rio de Janeiro

não brancos essa porcentagem aumenta para 79% (SANTOS, 2016: 166-175). Por outro lado, esse quadro se mostra bem diferente quando se analisa os dados da Companhia catarinense. Wagner Luiz Bueno dos Santos aponta que o número de indivíduos brancos foi maior na primeira turma de Aprendizes-Marinheiros em Santa Catarina, grosso modo, o autor sugere que isso não pode ser explicado somente com base na formação social da província.

O autor demonstra que, na população catarinense da mesma faixa etária da pernambucana, os brancos correspondiam a 88,38% da população e os negros a 1,98%, seguidos por 7% de pardos e 2% de caboclos. O recrutamento de menores na província de Santa Catarina levou às fileiras da Companhia de Aprendizes-Marinheiros um total de 56,60% de brancos e 5,66% de negros. Antes devemos considerar que a classificação pela cor da pele utilizada pelo cirurgião da Companhia catarinense<sup>7</sup> difere da aplicada pelo senso de 1874, existia uma gama de indivíduos não brancos matriculados na Companhia. Esses indivíduos somados, identificados como negros, totalizavam 41,51 % de matriculados na Companhia catarinense. Embora em uma população de maioria branca o recrutamento tenha recaído mais sobre aqueles indivíduos, não deixou de levar para as fileiras da Companhia catarinense uma margem considerável de indivíduos não brancos. Portanto, não podemos assegurar que o efetivo de aprendizes em Santa Catarina era a imagem de uma sociedade cuja formação social está relacionada ao branco europeu<sup>8</sup> (SANTOS, 2016: 166-188).

Embora a amostragem sobre o recrutamento de menores em Pernambuco venha corroborar a historiografia, o caso catarinense coloca uma série de questões. Em que medida podemos perceber o recrutamento de crianças e jovens ao ponto de estabelecermos distinções da exercida sobre indivíduos adultos? Em cada província, embora a prática fosse regulada por leis provenientes do centro poder, em que medida o recrutamento se diferenciava? Defende-se que o recrutamento para as Forças Armadas no Império foi uma prática coercitiva que arregimentava indivíduos das camadas mais pobres da sociedade ao jogar suas redes sobre a população negra, marginalizada e criminalizada. Essa associação se deve, em larga medida, aos mecanismos de recrutamento para o Exército e a Marinha de Guerra, como já mencionamos, que invariavelmente recrutava indivíduos que respondiam à justiça.

---

<sup>7</sup> O cirurgião da Companhia de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina classificava os recrutados no momento da matrícula como brancos, pardos, moreno, retos e caboclos. *Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina*. 1857/1858. Filme 597-007-3599.

<sup>8</sup> Em 1872, a população da província de Santa Catarina era constituída por maioria de indivíduos brancos. Essa realidade foi construída por meio de políticas de imigração e povoamento da região promovidas pelo Estado. Um expressivo número de europeus, a maioria de origem alemã, imigrou para a região em um processo que se observa contínuo a partir de 1851. Ver em Recenseamento do Brasil em 1872. Província de Santa Catarina – mapa da população considerada em relação à nacionalidade estrangeira.

A historiografia já provou que o recrutamento foi uma das práticas mais violentas durante o século XIX. Por outro lado, o recrutamento de menores para a Armada pode nos oferecer outras possibilidades de compreensão acerca do recrutamento durante o Império. Resta-nos investigar em que medida a regulamentação e a prática de recrutamento empregada pela Marinha para recrutar menores buscou reorientar as velhas práticas de recrutamento militar e, na mesma medida, promover mudanças sobre a visão social sobre o recrutamento e sobre a instituição.

Peter Beattie aponta que havia veto em relação ao recrutamento de negros nas fileiras de praças em algumas regiões no decorrer da segunda metade do Oitocentos (BEATTIE, 2009: 54). Porém, Hendrik Kraay observou em período anterior, durante as guerras de Independência, que o recrutamento recaiu em larga escala sobre brancos, pretos e pardos (KRAAY, 2002). É o que percebemos nos dados sobre o recrutamento de menores em Pernambuco, entre os aprendizes havia uma maioria de pretos e pardos, totalizando 79% dos recrutados. Em sua investigação sobre os marinheiros da Armada Imperial, Silvana Cassab Jeha encontrou um relato interessante feito bem no início do funcionamento da Companhias de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, seu comandante tinha resistência em recrutar meninos negros, e o caso chegou aos ouvidos do monarca que, em sua visita à instituição, chamou atenção do comandante, repudiando sua atitude (JEHA, 2011).

Essa realidade demonstrada pela historiografia sobre o recrutamento e pelos dados sobre a Companhia de Pernambuco e Santa Catarina corroboram as afirmações de Solyane Silveira Lima, segundo a autora, as Companhias de Aprendizes-Marinheiros eram espaços reservados aos filhos de pobres das diversas etnias que compunham a sociedade imperial. (LIMA, 2013). Nesta perspectiva, Rozenilda Maria de Castro, analisando a Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Piauí, percebe a instituição como “Uma escola em sistema de internato, modelo que se apresenta como um regime de educação adequado ao exercício da vigilância e da disciplina” (SILVA, 2008:67), espaço onde reunia condições precárias, sobretudo em suas estruturas físicas para o aquartelamento, assim como no trato dos aprendizes, submetidos às rígidas regras e castigos, como apontou Edna Antunes. A autora afirma ainda que, concomitantemente aos decretos de criação das duas primeiras Companhias provinciais,<sup>9</sup> foi aprovada a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte<sup>10</sup>. O que, segundo a autora,

---

<sup>9</sup> Decreto nº 1517, de 4 de janeiro de 1855 e Decreto 1543, de 27 janeiro de 1855, decretos que criaram as unidades da província do Pará e da Bahia.

<sup>10</sup> Decreto Lei nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, sobre o “Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte”

permite pensar na existência da associação entre os dois decretos no interior de uma política mais ampla do Estado imperial em relação à infância pobre, visando minorar o problema de crianças abandonadas nas capitais das províncias, disciplinando o comportamento e sanando a ameaça que representavam. (ANTUNES, 2011: 92)

Sugerindo que, além da consolidação do projeto das Companhias de Aprendizes-Marinheiros, havia um projeto maior de Estado que visava ampliar sobre determinado segmento da sociedade sua política educacional. Durante a segunda metade do século XIX, ao estabelecer 18 unidades das Companhias de Aprendizes-Marinheiros pelo território nacional, a Marinha Imperial havia estruturado o recrutamento de crianças e jovens.

Entre o discurso do Governo Imperial e a prática exercida no recrutamento de menores existe uma lacuna que este trabalho pretende investigar. Se, por um lado, a Marinha Imperial pretendia resolver seus problemas com o recrutamento que levava a bordo de seus vasos sujeitos que promoviam a indisciplina ameaçando a hierarquia tão cara às instituições militares, por outro, ao criar uma instituição de Ensino e Instrução militar o Governo procurou introduzir nos quartéis da Armada uma alternativa pautada na educação de menores. Entretanto, na mesma medida em que estabelecia um recrutamento baseado no voluntariado, o recrutamento de menores se apresenta pouco diferente daquele exercido sobre homens adultos, tornando exceções casos como o recrutamento para Companhia de Aprendizes de Santa Catarina.

Propomos uma perspectiva analítica sobre a rede de recrutamento local, no sentido de buscarmos os motivos que levaram a instalação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco e de Santa Catarina, verificando o que estava em jogo entre o poder local e a Corte no Rio de Janeiro no estabelecimento dessas instituições. Para tanto, analisaremos as relações políticas locais e sua relação com o centro do poder político, tendo em vista que os representantes dos Estados do Império se reuniam nas sessões da Câmara dos Deputados que, segundo a recente historiografia, compuseram as forças políticas que levaram a cabo o projeto de Estado em meados do século XIX. Queremos verificar em que medida essas relações influenciaram a instalação das Companhias catarinense e pernambucana, análise que parece profícua no sentido de verificarmos em que medida essas relações influenciaram o recrutamento de menores.

O foco principal desse trabalho é tentar compreender como se deu o recrutamento de menores nas duas províncias. Nesta perspectiva, elencamos algumas questões iniciais que balizarão nossa investigação. A princípio, queremos verificar quais foram as estratégias que as autoridades locais mobilizaram no recrutamento de menores, e analisar como a sociedade

catarinense e pernambucana se comportaram diante da investida do Estado sobre suas crianças e jovens. Neste sentido, temos como objetivos iniciais a análise das relações entre poder central e o poder local no processo de criação e instalação das Companhias de Aprendizes-Marinha nas províncias. Assim como, verificar como essas relações influenciaram na instalação das unidades das Companhias de Aprendizes-Marinheiros em Santa Catarina e Pernambuco e no recrutamento de crianças e jovens.

Esta proposta de trabalho transita entre o campo da História Política e da História Social. Tendo em vista que percebe a Companhia de Aprendizes-Marinheiros, como resultado de um projeto político de Estado, assim como seu alcance sobre o conjunto da sociedade, mais especificamente sobre a parcela de indivíduos situados nos extratos subalternos da sociedade imperial. Nesta perspectiva, iremos nos apropriar dos conceitos de hegemonia de Gramsci e os conceitos e as categorias analíticas elaboradas por Foucault em sua investigação histórica sobre as relações de poder.

O conceito elaborado pelo pensador italiano nos apoiará na medida em que o Estado Imperial brasileiro será analisado neste projeto como um espaço de disputa por hegemonia, em que uma fração da classe dominante exerceu uma dominação moral e intelectual sobre as demais frações de classe, tornando-se hegemônica. Nesta perspectiva, compreendemos que a reformulação e organização do aparato estatal em meados do século XIX, processo que viabilizou e promoveu a reestruturação da Administração Naval, foi fruto de uma política pautada no projeto de nação forjado pela fração de classe da classe dirigente de proprietários de terras e escravos do Rio de Janeiro, que exerceu hegemonia na medida em que difundia sua visão de mundo para o conjunto da sociedade Imperial.<sup>11</sup>

Para análise da instituição, desde o recrutamento, inserção e vivência dos menores nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros, recorreremos aos conceitos formulados por Michel Foucault. O filósofo-historiador, em sua análise sobre a genealogia do poder, parte de dois pontos fundamentais. Do corpo, cuja relação se estabelece na tríade organismo-disciplina-instituição, e da população, que estabelece os processos biológicos-mecanismos reguladores-Estado, resultando em um conjunto orgânico institucional, a organo-disciplina da instituição e a biorregulamentação pelo Estado (FOUCAULT, 1999: 208-209).

---

<sup>11</sup>Imar de Mattos, ao elaborar o conceito de Classe Senhorial, identificou uma fração de classe da classe de proprietários de terras e escravos do sul fluminense oriunda do Partido Conservador, a qual denominou de liderança Saquarema. No decorrer do processo político na transição do Período Regencial para o Segundo Reinado, essa liderança, num processo hegemônico, exerceu uma dominação moral e intelectual sobre as demais frações de classe e do conjunto da sociedade Imperial. MATOS, Imar. O Tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

Nesta perspectiva, Foucault aportará em dois conceitos fundamentais para compreensão das relações de poder dos quais nos apropriaremos, os mecanismos disciplinares e os mecanismos regulamentadores. Na medida em que os mecanismos disciplinares correspondem ao exercício da disciplina sobre o corpo e os mecanismos regulamentadores, de forma mais ampla, agem sobre a massa populacional, eles são complementares no exercício do poder; sobre a articulação desses dois mecanismos Foucault discorre que,

esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar, o outro regulamentador, não estão no mesmo nível. Isso lhe permite, precisamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro. Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro. (FOUCAULT, 1999: 299)

Neste sentido, Foucault apreende que há um elemento que circula entre as categorias - mecanismo disciplinar e mecanismo regulamentador - que é a norma que, segundo o autor, pode ser aplicada “a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer disciplinar”, pois,

...a sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (FOUCAULT, 1999: 302).

Portanto, propomos uma análise do recrutamento de menores e sua inserção nas Companhias de Aprendizes-Marinheiros a partir da articulação entre mecanismos disciplinares e regulamentadores na medida em que esse modelo de recrutamento será mobilizado no conjunto da sociedade, recaindo sobre um grupo específico de sujeitos. Nos parece bastante profícua a análise de nosso objeto sobre as lentes dos conceitos de Michel Foucault, tendo em vista que, além das condições que se estabelecerão para o recrutamento de menores, a inserção desses menores nas Companhias de Aprendizes provocou mudanças significativas na dinâmica social em que essas instituições foram instaladas. Isso porque, além de ser retirado e mantido afastado de sua família, o menor será inserido em uma rotina de instrução e educação militar e conviverá com todo aparato militar, pautado na hierarquia e disciplina inerente à vida militar.

Na medida em que novos mecanismos foram introduzidos para promoção do recrutamento de crianças e jovens ao serviço militar na Armada, percebeu-se uma série de



comportamentos sociais que se alinhavam e contestavam suas práticas. No momento em que foi regulamentado um prêmio por cada criança entregue ao recrutamento para Marinha, formou-se uma rede de agentes públicos e privados no auxílio da prática do recrutamento de menores que se beneficiou, mesmo com pequenos ganhos pecuniários. Por outro lado, quando boa parte das crianças passou a frequentar Companhias de Aprendizes-Marinheiros, surgiu uma série de comportamentos de contestação ao novo modelo de recrutamento, fugas e deserções foram práticas recorrentes nas Companhias.

Portanto, como afirma Foucault, na medida em que o poder não está situado em um lugar específico, ele está capilarizado, o saber está imerso nessa capilarização do poder. Na medida em que as agências e os agentes do Estado agiam na promoção do recrutamento por meio de um saber jurídico que, por sua vez, era regulamentado pelo Governo, havia por parte da massa sujeita ao recrutamento (pais, mães e parentes das crianças e jovens) possibilidades de leituras sobre essas práticas. Nesse sentido, compreendemos que, embora os agentes do recrutamento exercessem sobre a massa sujeita ao recrutamento um poder proveniente dos confortáveis gabinetes do Governo, essa mesma massa, por sua vez, exercia sobre as normas e os agentes do Estado um poder na medida em que faziam suas próprias leituras do exercício desse poder estatal. A entrega de indivíduos menores às autoridades em busca de prêmios em dinheiro, as formas de resistência e contestação aos mecanismos de recrutamento, como fugas e deserções, podem ser analisadas à luz de mecanismos disciplinares, regulamentadores e do conceito de sociedade de normalização.

Muito embora o recrutamento para Armada durante o Império tenha recaído sobre a população pobre e negra das cidades e vilas de forma violenta e coercitiva, ao promover o recrutamento da infância para o serviço militar, as autoridades navais e o Governo Imperial promoveram uma série de medidas, desde o estabelecimento de leis e regulamentos, buscando com novo modelo de recrutamento, mudanças da percepção social sobre a prática.

Ao normatizá-lo, a Marinha inseriu no cotidiano das vilas e cidades uma outra perspectiva sobre o recrutamento. Na medida em que oferecia o aprendizado em uma profissão e uma melhor condição de vida, além de um prêmio de 100\$000 mil réis, tentou mudar o pensamento da sociedade sobre o serviço militar. Essa perspectiva foi acompanhada por um discurso proveniente das agências e autoridades navais e do Governo, cujo objetivo era arregimentar o maior número possível de menores para as fileiras das Companhias de Aprendizes-Marinheiros.

Apesar de o Estado ter utilizado seu arcabouço coercitivo na aplicação dos mecanismos de recrutamento, na prática exercida para introduzir a infância e a adolescência

nos quartéis da Armada lançou mão de outras medidas. A formação profissional por meio da educação e instrução militar como recurso discursivo, tanto no processo de aprovação do projeto de criação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros quanto para atrair pais, mães e familiares, foi um componente que o Governo e as autoridades utilizaram para promover e alcançar sucesso do novo modelo de recrutamento.

A recente historiografia tem comprovado recorrente participação dos poderes políticos locais nas decisões no centro do poder político imperial. Nesta perspectiva, podemos aventar que ao estabelecer relações entre o centro e a periferia as alianças que coadunaram com as estratégias para consolidação do projeto de Estado forjado em meados do século XIX proporcionaram benefícios às províncias que se alinharam ao projeto nacional. Por meio de suas influências na Corte, por intermédio de seus representantes políticos na Câmara dos Deputados, tais lideranças intervieram cujo interesse eram norteadores dos desejos de seus grupos políticos

A distribuição das Companhias de Aprendizes-Marinheiros pelo território do Império, como instituição militar, sugere a existência de um plano estratégico de caráter militar. Por outro lado, não podemos descartar a influência política de líderes locais nessa distribuição. O estudo sobre a instalação e o funcionamento dessas instituições nas províncias de Santa Catarina e Pernambuco podem revelar em que medida o recrutamento de menores, como ação do Estado, implicou na vida das famílias e indivíduos naquelas províncias.

### **Fontes Bibliográficas:**

ANTUNES, Edna Fernandes. Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para Marinha de Guerra Imperial (1822-1870). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. História Social e Território. 2011.

ARIAS NETO, J.M. Em busca da Cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2001.

BEATTIE, M. Peter. Tributo de Sangue: Exército, honra e nação no Brasil: 1864-1945. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2009.

CAMINHA, Herick Marques. Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império. Serviço de Documentação da Marinha, 1986.

\_\_\_\_\_, “Organização do Pessoal na Marinha Imperial”. In: História Naval Brasileira, vol. 3, Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

CARMINATI, Fábila Liliã Luciano. A gênese do magistério na província de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas. Criciúma: FUCRI/UNESC, v.5, n.1, 1999

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sobras: a política imperial. 8ª Ed. . Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2013.

CASTRO, Celso. Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945), trabalho apresentado no XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Editora Globo, 2005

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Ática, 1974.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. Vigiar e punir. Petrópolis: Editora Vozes. 2001

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

GOUVÊA, Maria de Fátima. O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. 2008.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986.

\_\_\_\_\_, Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política. Vol. 3. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1986.

GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (orgs). Et alii. O Brasil Imperial. Vol. II 2ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011.

GOÉS, Camila Massaro de. Análise de poder em disputa: Foucault e a virada pós-estruturalista nos Subaltern Studies. PLURAL. Revista de pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 22.1, 2015, p.222-246

GOUVÊA, Maria de Fátima. O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

IZECKSOHN, Vitor. “Resistência ao recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860”. In: Revista Estudos Históricos, nº 27. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_, O Cerne da Discórdia: A guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

\_\_\_\_\_, “Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: CASTRO, Celso (Org.) Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

JEHA, Silvana Cassab. A Galera Heterogênea: Naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c. 1822-c.1854. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Rio de Janeiro. 2011.

KOWARICK, Lucio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KRAAY, Hendrik. “Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial”. In: Diálogos, v.55, Julho, DHI/UEM, 1998.

\_\_\_\_\_, “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos”: o recrutamento de escravos na guerra da Independência na Bahia. In: Revista Brasileira de História, v.22, nº43. São Paulo, 2002.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Militares e política: uma discussão de paradigmas. In: Chagas, Fabíola Maria da Silva; Lourero, Marcello José Gomes; Paula, Luiz Carlos Carneiro de; Restier Junior, Renato Jorge Paranhos. A Guerra e a Formação dos Estados Nacionais Contemporâneos. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

LIMA, Solyane Silveira. “Recrutá-los jovens”: a formação de Aprendizes-Marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social Belo Horizonte/MG. 2013.

MACHADO, Gisele Terezinha. “Escreveu não leu o pau comeu”: A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina (1889-1930). Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Mestrado em Educação. Florianópolis, 2007.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Sílvia. “Crianças Trabalhadoras: Os Aprendizes Marinheiros no Paraná Oitocentista.” In: Asclepio. Revista de História de la Medicina y de la Ciencia, vol. LX, nº 2, Julio-Diciembre, 2008.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC. 1987.

MENDES, Fabio Faria. O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação do IUPERJ, em 1997.

\_\_\_\_\_, “Economia Moral do Recrutamento no Império Brasileiro”. In: Revista brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, nº. 38, outubro. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_, “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso (Org.). Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MOREL, Edmar. A Revolta da Chibata. Rio de Janeiro: Graal, 1979

MOREL, Marco. Palavras além das letras: Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 23, nº 1. p. 63-80.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_, “Entre o Convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910)”. In: CASTRO, Celso. (Org.). Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_, Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910. Rio de Janeiro: FAPERJ, MAUAD X, 2008.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “Os Simples Comissários”: negociantes e política no Brasil Império. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói - RJ. 2002.

SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ponteiro/Dumará. 2013.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos Santos. A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social – UFRJ. 2016.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí (1874-1915): história de uma instituição educativa. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí em 2005.

\_\_\_\_\_. A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

SILVA, Wlamir. Liberais e o povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Belo Horizonte, MG, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. 3ª Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de. O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. Duque de Caxias: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.